



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

**ATA - 09ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC)**, no dia 03 de outubro de 2023, no formato híbrido, realizou a 09ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 09ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Suplente Jucelia Schneider, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Suplente Luciana Pereira Schubert, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Viviane Silva da Rosa, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED) e Conselheira Titular Patrícia Zimmermann, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Fernanda Cardozo, representante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues e sua Suplente Margot Zetzsche, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Erli Camargo e sua Suplente, Denise Paes, representantes do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Titular Ana Lúcia Pratts, representante da FETAESC; Conselheira Suplente Joseane Nazário, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Titular Marlete Pinto de Oliveira, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Suplente Alessandra da Silva, representante do Movimento Mulheres do Litoral; Conselheira Titular Vanessa de Souza, representante da OAB/SC; Conselheira Titular Romi Ruff, representante da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais - Grande Fpolis (BPW); Conselheira Titular Rosemeri Prado e sua Suplente Liliana Pischki Maes, representantes da CUT/SC. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Silvia Arend, representante da UDESC; Conselheira Titular Giovana Paludo e sua Suplente Valéria Lazzaris, representantes da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN); Conselheira Titular Bárbara Vargas e sua Suplente Maria Fernanda Breda, representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Suplente Carolina Bergmann, representante do



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

IEG-UFSC; Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura (SAR); Conselheira Titular Paula Lopes, representante do CRP 12ª região; Conselheira Suplente Mayara Bezerra, representante da OAB/SC e Conselheira Titular Luciane dos Passos, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA). **Participaram ainda, enquanto convidadas**, a estagiária da GEMDH, Milene; a Representante do Movimento Feminista da Diversidade de Joinville, Anelise Wisbeck e a representante da Pró-Reitoria de Gênero da UFSC, Carolina. A 09ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 08ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 05 de setembro de 2023; 4. Participação do Movimento Feminista da Diversidade de Joinville sobre o funcionamento das Delegacias da Mulher 24h; 5. Retorno da Reunião com a Secretária Maria Helena Zimmermann; 6. Retorno do Fórum dos Conselhos Estaduais de Direitos; 7. Deliberação da proposta de ação conjunta do Fórum de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher; 8. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 08ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 05 de setembro de 2023.** Sem objeções, a ata foi aprovada. Ato contínuo. **4. Participação do Movimento Feminista da Diversidade de Joinville sobre o funcionamento das Delegacias da Mulher 24h.** Anelise (3min) explica que o Movimento Feminista da Diversidade é um movimento suprapartidário e luta em prol dos direitos das mulheres e a questão do funcionamento das DPCAMI's em SC é o foco de discussão no momento tendo em vista que o estado não está cumprindo com a legislação federal em vigor que prevê o funcionamento 24h das Delegacias de Mulheres (Lei nº 14.541/23). Ane informa que há uma preocupação pois as mulheres que não conseguem atendimento, geralmente não retornam em outras ocasiões para denunciar e se forem em outro tipo de delegacia, correm risco de serem re-vitimizadas e que já receberam como justificativa a falta de contingente. Ane relata ainda a



preocupação de seu movimento pois não visualiza campanhas efetivas sobre violência contra mulheres por parte do estado, ou educação sexual nas escolas e traz uma proposta de pedir uma audiência pública na ALESC sobre o cumprimento dessa nova lei com o apoio do CEDIM, explicando que já foi feita uma audiência pública em Joinville porém não obtiveram avanços. Rosaura parabeniza Ane pela luta de seu movimento e concorda com a proposta apresentada e sugere que essa tentativa de audiência poderá ser feita via Procuradoria da Mulher e Bancada Feminina e que o CEDIM poderá enviar o pedido também para a Presidência da Comissão de Segurança Pública da ALESC, entretanto Rosaura ressalta que o controle social sozinho não vai conseguir alcançar esse objetivo, por isso sugere chamar o Ministério Público, conselhos municipais dos direitos das mulheres e demais conselhos de direitos. Rosaura destaca que Santa Catarina sequer tem Delegacia Especializada para Mulheres, pois o que existem são Delegacias Especializadas que atendem mulheres, idosos, crianças e adolescentes e que as salas lilás também não resolvem o problema, pois não atendem 24h e não é o cumprimento da lei. Rosaura sugere encaminhar ofício pedindo a audiência pública para a Comissão de Segurança Pública da ALESC via Bancada Feminina e Ministério Público para o mês de novembro em alusão aos 21 dias de ativismo. Erli menciona que foi divulgada na última semana uma notícia de que o Governo de SC autorizou a realização de Concurso Público para a Polícia Civil e espera que essa organização já esteja no planejamento estratégico da Gestão do Governo atual e concorda com o encaminhamento via Ministério Público e NUDEM (Defensoria Pública). Rosaura reforça que deverá ser questionado o cronograma e o planejamento para cumprimento da lei e sugere que caso a resposta seja negativa que se tente organizar uma roda de conversa presencial sobre o tema via Fórum dos Conselhos Municipais. Erli se compromete em chamar o CEDH para assinar junto com o CEDIM o pedido da audiência pública. Passou-se para o ponto **5. Retorno da Reunião com a Secretária Maria Helena Zimmermann.** Rosaura (30min) relata que a reunião estava agendada há bastante tempo entretanto por outros compromissos agendados, a secretária Kika chegou atrasada e precisou sair mais cedo, o que não deu meia hora de reunião, prejudicando a discussão da única pauta que era o Plano Estadual dos Direitos das Mulheres, destacando que será necessário fazer um



diagnóstico (quantitativo de mulheres; moradia; renda; idade das mulheres, etc) e depois um planejamento das ações com as demais secretarias que deverão se envolver no processo. Rosaura ressalta ainda que a elaboração do plano não é responsabilidade do CEDIM, mas enquanto controle social é importante a participação do conselho no processo e mencionou que a secretária informou que a partir deste mês a gestão da SAS fará capacitações regionais, incluindo uma fala sobre a importância da existência dos conselhos municipais e neste momento Rosaura reforça que se colocou à disposição enquanto CEDIM para participar dessas reuniões e assim que o cronograma das visitas for divulgado pelo gabinete, a Carol irá repassar para as conselheiras. Rosaura destaca que seria importante a participação de pelo menos 02 conselheiras por região e que a secretária se comprometeu em informar ainda quem é o público das reuniões. Marlete pontua que o CEDIM seguirá cobrando essa pauta do gabinete. Ato contínuo. **6. Retorno do Fórum dos Conselhos Estaduais de Direitos.** Carol (39min) resume a última reunião ocorrida em 13 de setembro destacando que a maioria dos conselhos que participou ainda não havia planejado uma ação específica em alusão aos 21 dias de ativismo e que foi tirado como proposta o pedido de realização de uma audiência pública na ALESC para discutir o sistema carcerário em SC que foi pautado inicialmente pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Erli justifica que essa pauta veio pela Frente Ampla Pró SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e estão aguardando retorno para confirmação da data. Erli se comprometeu em encaminhar a minuta de pedido desta audiência para ser compartilhada nos fóruns da sociedade civil aqui representada e também para as conselheiras governamentais. Viviane considera fundamental chamar o CEDCA para o próximo Fórum dos Conselhos Estaduais devido à temática que será levada para a audiência pública. Carol pontua que o convite já foi reforçado e que a secretária executiva do CEDCA já repassou para sua Mesa Diretora. Passou-se para o próximo ponto. **7 Deliberação da proposta de ação conjunta do Fórum de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.** Vivi (53min) informa que a reunião ocorreu dia 29 de agosto com a participação de alguns conselhos municipais e foi possível fazer trocas de experiências, principalmente em relação ao Agosto Lilás e foram levantadas algumas sugestões de novas ações relacionadas aos 21 dias de



ativismo. Carol resgata o que foi discutido sobre esse assunto na reunião da Mesa Diretora onde ficaram definidas algumas pautas que poderiam ser levantadas para o próximo encontro que será dia 10 de outubro, sendo que a ideia é dividir os conselhos participantes com conselheiras do CEDIM para falar de 03 eixos e pensar coletivamente: 1) Mulher negra (20/11); 2) Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25/11) e 3) Direitos Humanos (10/12). Rosaura destaca que para isso acontecer, será necessário ter quorum tanto dos conselhos municipais quanto das conselheiras do CEDIM. Erli ressalta que esse desejo de trabalhar conjuntamente já vem de outras gestões, que é importante unificar as pautas entre os conselhos. Vivi ressalta a importância da participação da comissão de comunicação no dia deste fórum pois virão demandas para serem publicizadas. **8. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho.**

Carol ressalta que no último mês não houve nenhuma reunião dos Grupos de Trabalho, apenas das comissões. Fernanda Cardozo (1h05min) começa pela **Comissão de Comunicação** informando que não tiveram nenhuma reunião, mas que discutiram no grupo três pontos para serem trabalhados nos 21 dias de ativismo: Pacto Estadual Maria da Penha; Delegacias da Mulher 24h e uma pauta de luta contra o racismo. Rosaura parabeniza o trabalho da comissão e ressalta a importância das conselheiras publicizarem as ações realizadas do CEDIM para impulsionar ainda mais as mídias sociais. Rosaura ainda sugere que o Outubro Rosa poderia ser mencionado nas redes, citando por exemplo uma citação sobre violência obstétrica ou saúde integral da mulher, para impulsionar o tema saúde neste mês. Rosaura também menciona a relevância do tema saúde mental das mulheres ser debatido, pois o Brasil é o campeão em diagnóstico de ansiedade e 2º lugar em depressão e a maioria dos casos ocorrem com as mulheres. Em relação à **Comissão de Formação**, Erli (1h13min) relata que não conseguiram se reunir por falta de quórum e relata como foi sua participação na reunião online do Comdim de Chapecó dia 20 de setembro. Erli relata que a única pauta foi sobre a formação do conselho, tendo em vista que a maioria das conselheiras daquele conselho são novas e levantou alguns pontos que foram trabalhados na reunião como: a importância do fórum da sociedade civil local; a diferença de atribuição da coordenadoria da mulher e do conselho municipal; a importância de ter um diagnóstico



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

e por fim a articulação com a rede de proteção local. Erli aproveita a oportunidade para relatar que o horário de reunião de algumas comissões está chocando e isso vem prejudicando os trabalhos da comissão de formação. Rosaura solicita que a Carol encaminhe novamente o cronograma das reuniões para as conselheiras se organizarem. Sobre a **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Carol (1h22min) relata que o CEDIM recebeu alguns ofícios em resposta à situação relatada por Raquel Afonso, citando o CEPOMIF e o Comitê Viver Floripa que informaram que o caso não é considerado como violência obstétrica e esse retorno será dado para a advogada dela para auxiliar no seguimento do processo judicial e o trabalho do CEDIM encerra-se aqui pois não poderá interferir nesse processo que corre em segredo de justiça. Em relação ao protocolo da interrupção legal da gestação que foi entregue em mãos para a Secretária Carmen Zanotto, o ofício com a resposta da análise pela equipe da SES chegou ao CEDIM informando justamente que a SES não fará análise do documento pois já possui o fluxo já pactuado na Comissão Intergestora Bipartite e por conta disso a comissão sugeriu chamar a equipe que respondeu o ofício, a Diretoria de Atenção Primária da SES, para apresentar o fluxo na plenária extraordinária do CEDIM dia 19 de outubro. Rosaura acrescenta que além do fluxo, a SES deverá apresentar também a lista atual dos locais referenciados que fazem o serviço e o plano de capacitação aos servidores e pontua que caso a SES continue sem se posicionar, a comissão sugeriu divulgar o protocolo como uma cartilha informativa para os conselhos municipais, para os conselhos de saúde e para os movimentos sociais. Carol lembra também que o CEDIM ainda está aguardando o retorno do ofício que foi encaminhado para o Ministério da Saúde sobre a notificação compulsória dos profissionais da saúde em casos e violência e também será feito o ofício para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Rosaura pontua que no ofício que esse Ministério enviou alguns pontos ficaram vagos e a legislação que foi utilizada já não está mais em vigor. Passou-se então para a **Comissão de Legislação, Normas e Orçamento** e Carol (1h30min) relata que a comissão não se reuniu neste último mês por falta de demanda mas que nesta semana chegou um pedido de análise de um projeto de lei sobre capacitação para agentes de saúde, então já terá pauta para ser relatada na próxima plenária. Por fim, em relação à **Comissão**



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

**Intersetorial Pacto Maria da Penha**, Carol (1h 31min) mencionou que a reunião que estava agendada para o dia 26 de setembro não ocorreu por falta de quorum e que a nova data precisa ser definida. Carol informa que no grupo da rede do Pacto foi aberto uma enquete onde a data mais votada foi dia 06/10 às 14h, com a presença de mais signatários. Rosaura já justifica que nessa data não poderá participar mas considera importante a participação ampla dos atores externos e que será importante a presença das conselheiras do CEDIM principalmente da Mesa Diretora e alinhar propostas e planejamento de ações. **9. Informes Gerais.** Carol informa que com a saída da conselheira Simone Schaffer do CEDIM, a vaga de 1ª secretária da Mesa Diretora está vaga e precisará ser ocupada por uma conselheira titular da sociedade civil. Carol resume as atribuições deste cargo e Rosaura cita a questão dos horários das reuniões da mesa. Erli sugere que Marlete ocupe a vaga de Simone. Rosaura ressalta que a vaga não é da entidade e Marlete sugere o nome da Fernanda. Fernanda não aceita e Vanessa se coloca à disposição. Aberta votação, Marlete venceu por 10 votos contra 04 votos recebidos por Vanessa. Rosaura fez o 01º informe sobre o Congresso de Municípios, Associações e Consórcios (COMAC) organizado pela FECAM no dia 28 de setembro, onde ela fez uma fala sobre políticas públicas para mulheres representando o CEDIM. Rosaura relata que durante sua apresentação, pontuou que SC ainda não possui Plano Estadual de Políticas para Mulheres e o déficit de vagas para serviços de acolhimento de mulheres vítimas de violência, além de citar o curso de formação, porém faz uma observação que houve um esvaziamento do público em função do tema e do avançar do horário. Rosaura passa para o 02º informe que diz respeito à participação dela e da Rosemeri na 01ª reunião dos conselhos estaduais de direitos da mulher com o Conselho Nacional ocorrida em Brasília dia 29 de setembro. Rosaura menciona que Santa Catarina ainda está muito atrás de outros estados na pauta da mulher, dando exemplo da Casa da Mulher Catarina pois foi apresentado pelo Ministério uma planilha do andamento dos processos para construção e Santa Catarina não aparece em nenhum status pois ainda o Governo Estadual não conseguiu providenciar o terreno, que é a contrapartida necessária. Outra questão apresentada foi a divulgação do Edital lançado pelo Ministério, que ficará aberto por 20 dias, para financiar ações voltadas ao fortalecimento dos Organismos de Políticas



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

para Mulheres e é voltado para os Estados que possuem Secretaria da Mulher em seu organograma, com exceção para os Estados que possuem Coordenadoria da Mulher e Rosaura acrescenta que foi comentado nesta reunião que por conta desses critérios, Santa Catarina não poderá ser contemplado, pois possui apenas a gerência de políticas para mulheres, que ainda cumula direitos humanos. Rosaura então questiona o que o CEDIM poderá fazer para reverter essa situação. Patrícia ressalta que é um absurdo ter os veículos enviados pelo Governo Federal parados no pátio da SSP sem poder utilizar por falta de assinatura. Erli relembra a situação das unidades móveis quando em 2014 por falta de planejamento do governo estadual da época, por pouco elas não foram devolvidas e Patrícia destaca que foi graças ao trabalho da Erli em Lages junto com a Celinha na coordenadoria da mulher que as unidades móveis não foram devolvidas. Rosemeri faz um breve relato das suas impressões acerca da reunião com o conselho nacional em Brasília, afirmando que foi uma reunião muito organizada, com pautas produtivas ao longo do dia, que contou com a participação da Ministra Cida Gonçalves e considera de suma importância que o CEDIM lute por essa verba, que procure as pessoas que têm poder de caneta para tirar os projetos e leis do papel. Rosaura reforça que esse edital foi publicado por meio de um decreto do Governo Federal, para forçar os Estados a criarem suas secretarias da mulher e/ou OPMs, lembrando que Santa Catarina só vem perdendo sua estrutura, pois existia a Coordenadoria da Mulher ligada ao gabinete do Governador, depois ela passou a ser ligada à então Secretaria de Desenvolvimento Social e depois com sua extinção, acabou virando uma Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, onde a gerente Débora não possui equipe técnica, apenas estagiárias, sendo assim Rosaura sugere a elaboração de uma moção ou de um ofício ao Governo do Estado cobrando a criação desta coordenadoria. Erli sugere que este assunto seja levado para o próximo Fórum dos Conselhos Estaduais de Direitos e que seja elaborada uma Resolução Conjunta explicitando esse sentimento, será a primeira resolução conjunta da história de Santa Catarina e que reivindique a coordenadoria da mulher e ainda questiona se o município tem Secretaria exclusiva da mulher por que o Estado não pode ter e se esse recurso está vindo via decreto é porque ele é urgente e necessário. Viviane destaca que o pedido então deveria ser a criação de



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

uma coordenadoria da mulher ligada ao gabinete, assim como já é a coordenadoria da segurança alimentar e nutricional, na estrutura da SAS e a Gerência ficaria ligada à Coordenadoria. Rosaura reforça então o pedido do CEDIM de enviar ofício para o gabinete da SAS solicitando a criação da Coordenadoria da Mulher até mesmo em solidariedade à Débora, pois ela sozinha não dará conta das demandas que ainda irão surgir e lembra que renunciar recurso, verba federal, é crime. Rosaura propõe o envio deste ofício para o gabinete da SAS; Gabinete do Governador e Bancada Feminina da ALESC. Erli reforça então que são duas propostas: 1ª encaminhamento dos ofícios citados pela Rosaura e 2ª elaboração da Resolução Conjunta com os demais conselhos estaduais de direitos. Por fim, Rosaura lembra sobre a divulgação do curso de formação das conselheiras e a importância das conselheiras do CEDIM se inscreverem.

**10. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 09ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

[https://drive.google.com/file/d/1FM7VCn2gA90E46qAdsPsL6uVfQ3e6\\_k6/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1FM7VCn2gA90E46qAdsPsL6uVfQ3e6_k6/view?usp=sharing)



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **43X3GM4W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS** (CPF: 036.XXX.509-XX) em 07/11/2023 às 17:21:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfNDNYM0dNNFc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **43X3GM4W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.